



VERDE FIC FIM

Relatório de Gestão

Setembro de 2020

Desempenho	Setembro 2020	Acumulado 2020
Verde	-1,22%	-1,47%
CDI	0,16%	2,29%

Para mais informações relevantes à análise da rentabilidade deste Fundo – tais como taxa de administração, taxa de performance, rentabilidade “mês a mês” ou PL médio, consulte o Resumo Gerencial ao final deste material.

O fundo Verde teve em setembro ganhos no livro de ações global. As perdas vieram especialmente da exposição em ações no Brasil, com pequenas contribuições negativas também dos livros de moedas e renda fixa.

Nesse relatório focaremos no Brasil e no tema que ao longo das últimas semanas (e meses, trimestres, anos), domina a cena: o fiscal. Como se o país andasse em círculos e sempre retornasse ao ponto de partida, mas com uma dívida mais alta, e os mesmos problemas na qualidade dos serviços públicos e no atendimento das demandas da sociedade.

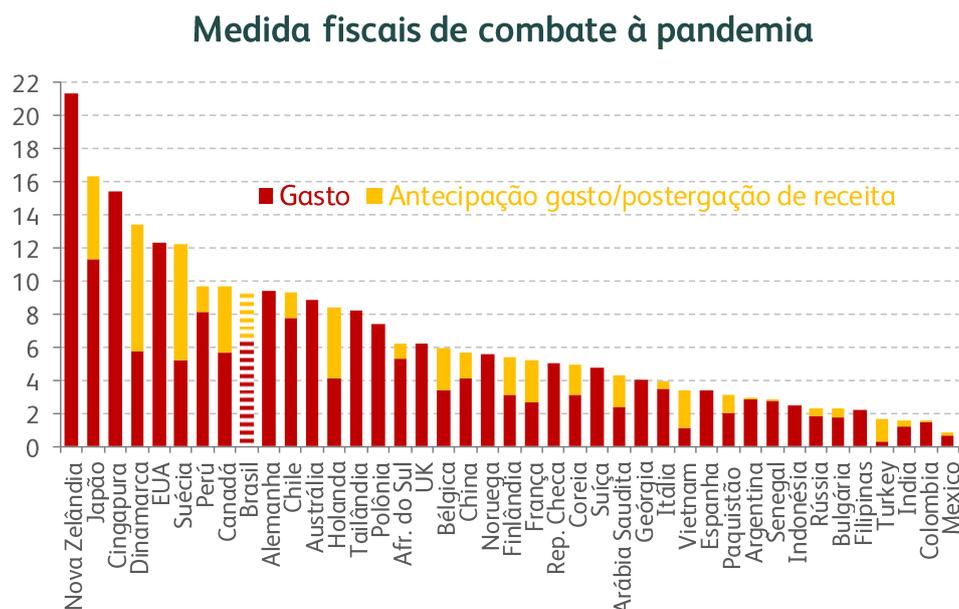
Após o grande avanço do arcabouço institucional que rege o fiscal no Brasil durante a administração Temer, e após a reforma da Previdência de 2019, havia margem para otimismo em relação à solvência do Estado, com melhora progressiva do déficit primário, queda da taxa de juros, retomada do crescimento e começo da estabilização da dívida.

Como se sabe, a pandemia pegou o Brasil no meio da travessia, e impôs um custo fiscal elevado, sobre níveis anteriores já desconfortáveis. Por um lado, a parada súbita da economia com o distanciamento social provocou queda muito intensa da arrecadação de impostos, e só com isso o déficit público já teria aumentado de maneira expressiva. Por outro, a estratégia de enfrentamento da crise econômica e social gerada pela pandemia contou com um forte aumento do gasto público sob o formato, principalmente, de transferência de renda, em particular na forma do Auxílio Emergencial. Foi uma reação fiscal típica de “Primeiro Mundo”, isto é, num volume de recursos públicos que só poderiam ser bancados por um país desenvolvido.



No Gráfico 1, abaixo, temos o gasto no combate aos efeitos da pandemia por país. Vê-se claramente que o Brasil é um dos emergentes que mais gastaram nessa pandemia, apenas comparável a alguns países desenvolvidos. A maior parte dos países emergentes sequer ficou próximo do tamanho do gasto público brasileiro. Detalhe: praticamente todos os países que tiveram gasto com a pandemia maior do que o Brasil tem taxas de juros próximas de zero.

Gráfico 1. Gasto no combate aos efeitos da pandemia, em % do PIB.

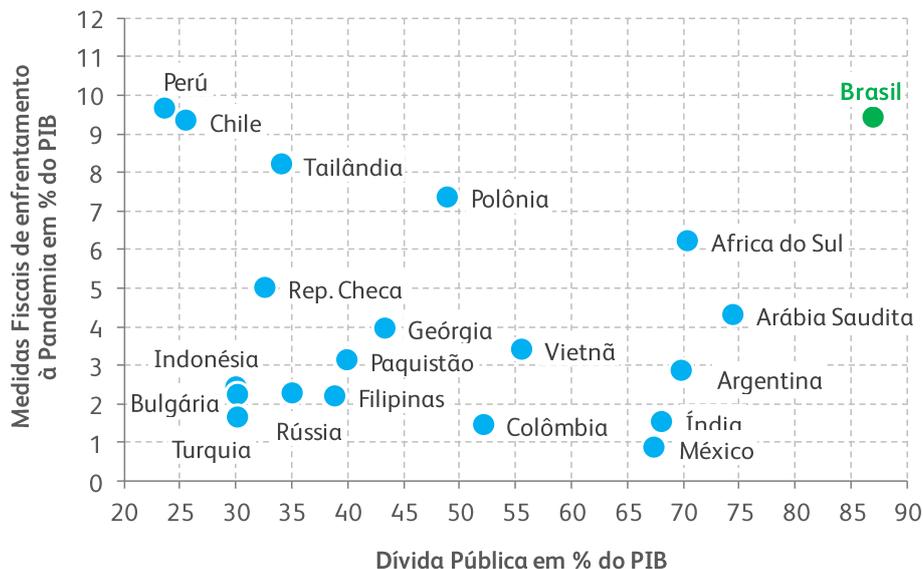


Fonte: FMI, Verde AM

O problema brasileiro, na verdade, é a combinação de um gasto na pandemia extremamente elevado para nosso padrão de renda com um nível inicial de endividamento muito acima. No Gráfico 2, abaixo, mostramos o tamanho do gasto na pandemia no eixo y, e o tamanho da dívida pública no eixo x, em % do PIB, ambos pelo critério do FMI. Não há nenhum país emergente que tenha dívida maior do que a brasileira, e muito menos que tenha gasto algo comparável ao que o Brasil gastou.



Gráfico 2. Dívida pública e gasto com a pandemia entre países emergentes.



Fonte: FMI, Verde AM

Os únicos países emergentes que gastaram parecido com o Brasil são Peru e Chile, ambos com “grau de investimento” e dívida pública antes da pandemia próximas a 25% do PIB, com muita margem de manobra.

Como sabido, durante o governo Dilma, o resultado primário do Tesouro saiu de um superávit no entorno de 3,5% do PIB por ano para um déficit próximo a 2,5% do PIB, uma mudança de nada menos do que 6% do PIB ao ano ao longo do seu governo. Tamanha irresponsabilidade veio a lhe custar o mandato, pelo crime de responsabilidade fiscal. Agravante: grande parte da piora ocorreu pelo aumento de gastos permanentes, praticamente impossíveis de serem cortados, em grande medida por critérios constitucionais (aumentos de salários, de benefícios). Vale lembrar que não foi apenas no resultado primário que a irresponsabilidade ocorreu, mas também com as famosas pedaladas via bancos públicos e capitalização de empresas, que resultaram em uma conta de juros que também cobrou seu preço do ponto de vista de dívida pública mais elevada.



Gráfico 3. Resultado primário do setor público em % do PIB



Fonte: BCB, Verde AM

Com isso, a dívida pública deu um salto, o país foi rebaixado pelas agências de classificação de risco, perdemos o “Grau de Investimento”, e com isso uma série de investidores de longo prazo deixaram (e continuam deixando o país).

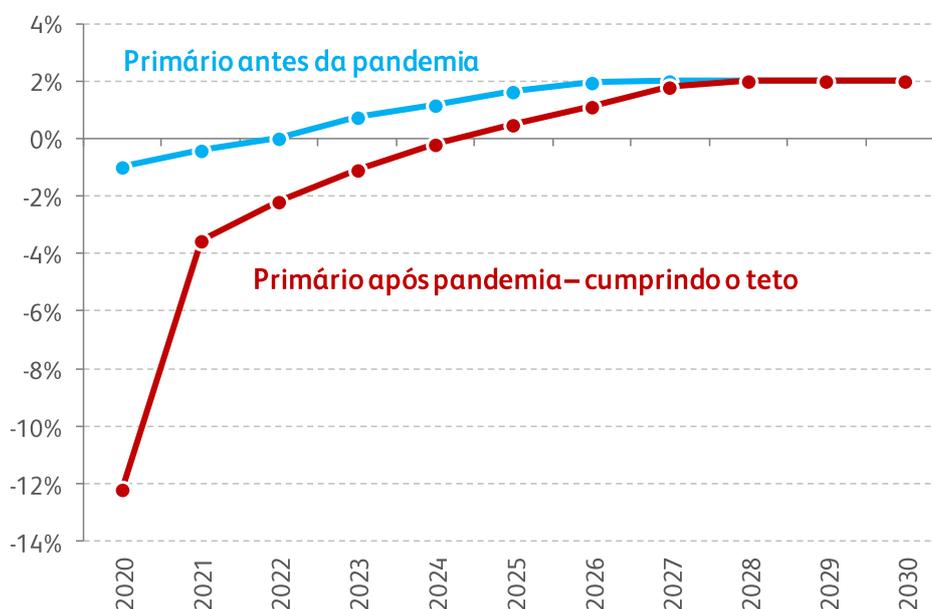
De certo modo, o problema fiscal brasileiro é uma combinação de aspectos estruturais profundos (muitos direitos garantidos constitucionalmente somados ao envelhecimento rápido da população, com regras anacrônicas de promoção no setor público por tempo, garantindo aumento dos gastos todos os anos, independente do desejo do governante), com a gestão incredivelmente irresponsável (sob o aplauso de segmentos da sociedade) de 2011 até o impeachment, que piorou os aspectos estruturais. A consequência de tamanho desajuste foi a maior queda de PIB da história do país desde 1900 (até a pandemia) entre 2014 e 2016, com forte elevação do desemprego e da pobreza.

A duras penas o país se engajou numa agenda de reformas a partir de 2016. O governo Temer, mesmo diante de baixos índices de popularidade, acabou por proporcionar um período de reformas profundas no arcabouço fiscal brasileiro, com a criação da EC95 (do Teto), bem como a extinção da TJLP, reforma trabalhista, e assim por diante. As circunstâncias fizeram, entretanto, que o avanço fosse interrompido antes da Reforma da Previdência, cuja implementação deu-se em 2019, e que embora mais forte do que a versão Temer, veio com atraso, permitindo um crescimento de gastos no período que não teria ocorrido se implementada na gestão anterior (com efeitos sobre a capacidade de gestão fiscal dos anos próximos, antes que a Reforma da Previdência comece a produzir efeitos mais concretos).



Mesmo antes da pandemia, o país já vinha com déficit primário desde 2014 e esperava-se que o resultado fosse zerado apenas por volta de 2022, ou seja, com 8 anos de déficits primários consecutivos, e tudo graças a uma combinação do Teto e do controle de gastos. Hoje, assumindo que o Teto de gastos seja cumprido para frente, o resultado primário só deve voltar ao positivo em 2025, com 12 anos consecutivos de déficit primário. Com esse primário, e assumindo taxas de juros relativamente baixas para frente, o resultado nominal do governo terá um déficit de 15% em 2020, 7% em 2021 e algo entre 6% e 5% do PIB até 2024. Em Reais, o Brasil sairá de um déficit primário de R\$62 bilhões em 2019 para mais de R\$800 bilhões!

Gráfico 4. Cenário de resultado primário antes e depois da pandemia, em % do PIB



Fonte: BCB, Verde AM

Sendo assim, o debate atual sobre criar mais um gasto permanente para atenuar a pobreza deve considerar que o país simplesmente não tem espaço fiscal (de déficit ou dívida) para acomodar mais gastos, pelo contrário. Deveríamos estar pensando em como reduzir o déficit de maneira mais rápida, para garantir alguma sustentabilidade para a dívida. Não é por capricho, portanto, que as reações dos preços de ativos, câmbio, juros e bolsa, são extremamente fortes quando o governo dá mostras de querer abandonar a única âncora que segura toda a sustentabilidade da dívida, que é o Teto de Gastos.

É neste contexto complicado que temos que analisar o programa de Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (daqui por diante, AE), seus resultados e a necessidade de sua continuidade.

O programa foi desenhado para compensar a queda de renda durante a fase aguda da pandemia, evitando os efeitos de segunda ordem da queda da economia. Este estudo visa a olhar o que ocorreu com a renda dos domicílios no Brasil desde o auge da crise, concluindo que há motivos de

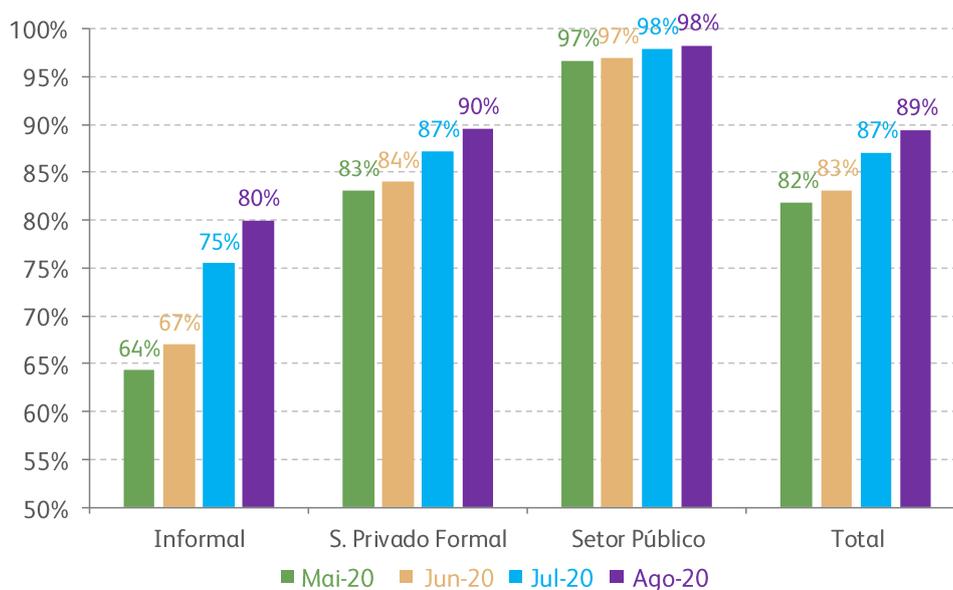


otimismo com o grau de recuperação da renda, e, portanto, com a capacidade do Brasil fazer a transição para 2021 com a expiração do AE. Os gráficos e análises a seguir estão baseadas nos microdados da PNAD-Covid, feita pelo IBGE a partir de maio.

O ponto de partida é a comparação do rendimento efetivamente recebido pelos domicílios no Brasil em relação ao rendimento habitualmente recebido. A diferença entre eles reflete, em grande medida, a perda de renda provocada pela pandemia.

O Gráfico 5, abaixo, mostra que em maio, a renda do trabalho de todos os trabalhadores caiu a 82% do que habitualmente era recebido, ao passo que em agosto, a renda já havia se recuperado a 89% dos rendimentos habituais (ou seja, a queda em relação ao habitual saiu de 18% para 11% entre maio e agosto). Vale notar que essa variação é para o conjunto da sociedade, enquanto o AE deveria estar focado apenas no grupo de pessoas mais vulneráveis e que perderam renda ao longo da pandemia. Neste sentido, destacamos que entre os informais (claramente o foco do programa, junto das pessoas que perderam o emprego), a renda efetiva passou de 64% da habitual em maio para 80% em agosto, uma recuperação muito significativa. Isso representa um aumento de quase R\$5,8 bilhões ao mês na renda dos informais desde maio. No setor privado formal, essa recuperação foi mais modesta, mas também ocorreu. No agregado, a renda efetivamente recebida teve aumento de R\$14,4 bilhões por mês desde maio (equivalente a R\$173 bilhões em termos anualizados). Digno de nota: a renda no setor público, como já amplamente sabido, não mostrou queda significativa na pandemia, permanecendo próximo ao habitualmente recebido.

Gráfico 5. Renda do Trabalho Efetiva em % da Renda do Trabalho Habitual

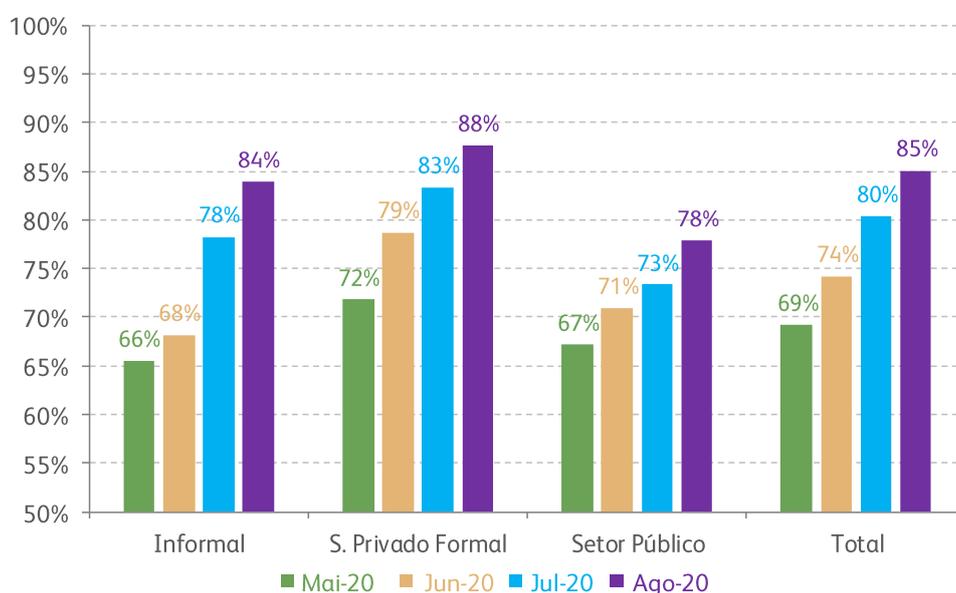


Fonte: IBGE, Verde AM



No Gráfico 6, a seguir, podemos ver que a melhora na renda do trabalho no Brasil se deveu, basicamente, ao aumento de horas trabalhadas. Ou seja, conforme a sociedade foi se adaptando à presença do vírus, as pessoas foram voltando ao trabalho, e com isso, recompondo a sua renda. No total, as horas trabalhadas hoje estão “apenas” 15% abaixo das horas habituais, contra 31% em maio. Digno de nota, mais uma vez: o setor público foi o segmento em que o número de horas trabalhadas teve o menor aumento, apenas 11 pp. desde maio. Não só, mas em agosto ainda era o setor com o menor número de horas trabalhadas em relação ao habitual. Combinando o gráfico da renda com o gráfico de horas, fica patente a necessidade urgente de uma reforma administrativa que contemple a todos os funcionários públicos, atuais e futuros, mas isso foge do escopo deste relatório.

Gráfico 6. Horas Trabalhadas Efetivas em % das Horas Trabalhadas Habituais



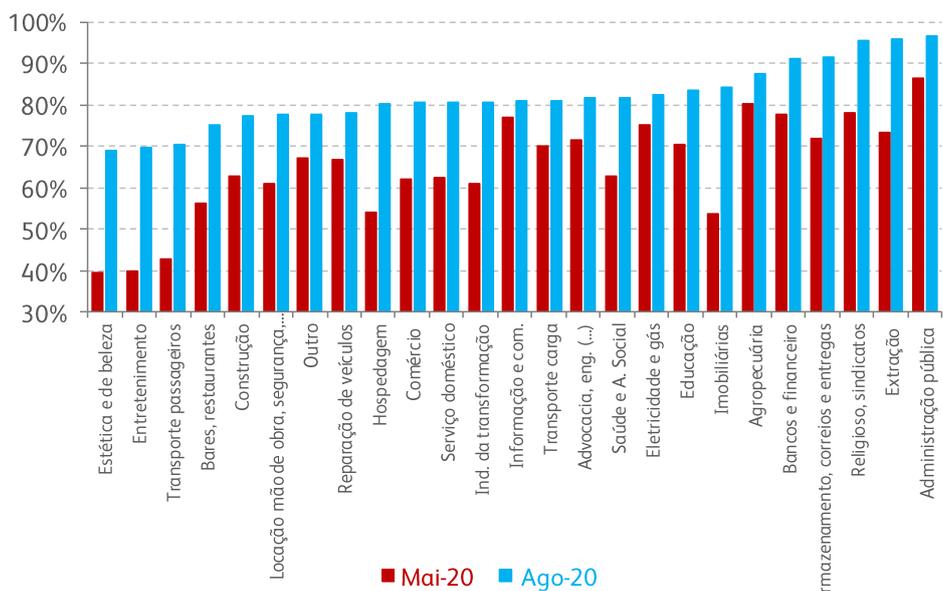
Fonte: IBGE, Verde AM

Diante deste quadro, a necessidade da complementação de renda, portanto, é bem menor hoje do que era em maio.

O Gráfico 7 mostra essa evolução por setores, apenas para os trabalhadores informais. Os mais fortemente afetados foram os de serviços pessoais, de entretenimento, bares e restaurantes e hospedagem, que chegaram a ter quedas próximas a 60% da renda no pior momento. Nesses também há uma recuperação importante, ainda que permaneçam com um nível de renda abaixo dos demais.



Gráfico 7. Renda Efetiva em % da Renda Habitual para os setores – apenas Informal



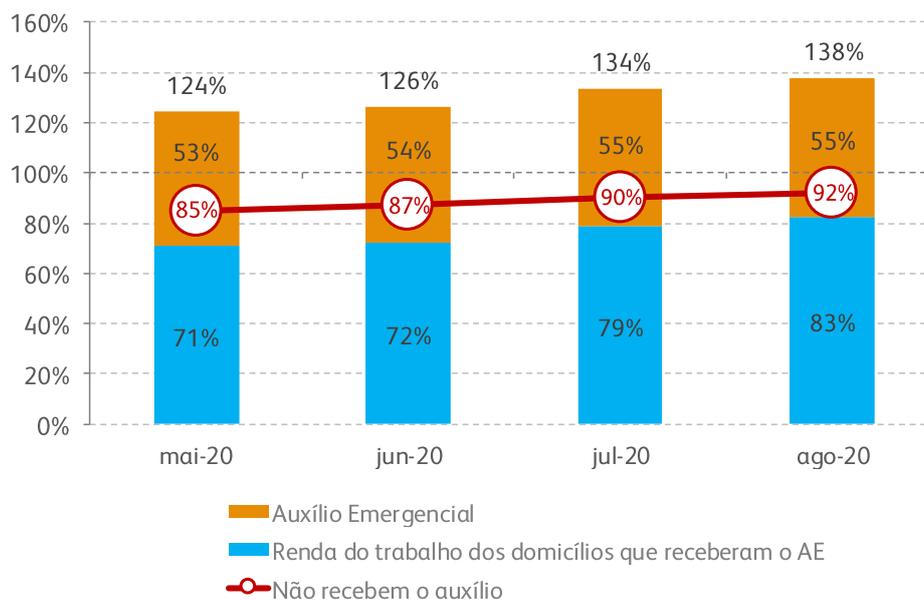
Fonte: IBGE, Verde AM

O próximo passo na análise é agregar os dados de renda por domicílio e ver em que medida o Auxílio Emergencial atuou para recompor a renda perdida, e qual a intensidade desta recuperação. Para isso, olhamos os microdados no nível do domicílio, separando os que receberam o Auxílio Emergencial dos que não o receberam, no Gráfico 8.

Os domicílios que não receberam o AE tiveram queda menor de renda em relação ao habitual, como esperado, mas aqui também houve progresso: de 85% do rendimento habitual para 92% no período (linha vermelha). Entretanto, o maior progresso se vê mesmo na renda do trabalho dos domicílios que receberam o benefício, o que é uma excelente notícia, na barra azul: Em maio, a renda do trabalho dos domicílios que receberam o AE foi de 71% do habitual, ao passo que em agosto essa renda subiu a 83% do habitual. Quando se soma o volume de recursos do Auxílio Emergencial (barra amarela), temos que os domicílios que receberam o AE tiveram um ganho de renda de 38% em relação à renda total habitual no mês. Isto é, o AE muito mais do que compensou a queda da renda do trabalho e efetivamente fez com que houvesse um ganho muito expressivo de renda nos domicílios.



Gráfico 8. Rendimento do efetivo em % do habitual por domicílio



Fonte: IBGE, Verde AM

Há um aspecto importante a ser destacado: segundo a PNAD-Covid, a soma dos Auxílios Emergenciais efetivamente recebidos no mês de agosto foi de R\$27,5 bilhões. Pela execução do Tesouro Nacional, sabe-se que foram efetivamente pagos no mês um valor de R\$45,4 bilhões a título de AE, de modo que é possível que os dados de recebimento por parte dos domicílios capturados pela PNAD-Covid estejam subestimados.

Apenas como um exercício, se somássemos à renda do trabalho o gasto reportado pelo Tesouro Nacional com o pagamento do AE (ao invés do dado capturado pela PNAD-Covid), a renda total efetiva dos domicílios em agosto teria sido de 174% da renda habitual (na média de todos os domicílios que receberam o AE). Usando esta metodologia, a renda dos domicílios que receberam o auxílio tiveram um aumento de 74% em relação ao que era a renda habitual, o que mostra que o programa teve um gasto muito maior do que o que seria necessário para apenas compensar a queda sofrida em decorrência da pandemia.

Diante disso, qual teria sido o valor por adulto do AE que faria com que a renda dos domicílios fosse exatamente igual à renda habitual? Evidentemente, dadas as incertezas em relação ao que a PNAD está efetivamente capturando de recebimento do AE, mas com base nos microdados, estimamos que, em agosto, o Auxílio Emergencial poderia ter sido de R\$188 por adulto para que, na média dos domicílios que o receberam, a renda efetiva fosse exatamente a renda que o domicílio recebia habitualmente.

Vale, por fim, destacar que essa situação era a reportada em agosto, e o que temos de concreto é que provavelmente o grau de mobilidade seguiu subindo ao longo de setembro, e provavelmente deve continuar subindo conforme o controle da pandemia se consolida. Não apenas, mas dado o avanço dos estudos clínicos das vacinas disponíveis, é bastante razoável



assumir um cenário em que a mobilidade deve continuar a crescer de maneira importante no 1º trimestre de 2021, fazendo com que a necessidade de gastos com o AE venha a se reduzir ainda mais. Adicionalmente, a própria estrutura de incentivos dada pelo Auxílio Emergencial afeta a decisão das pessoas de buscar ativamente trabalho. Quanto maior o auxílio, menor o incentivo dos domicílios de buscarem trabalho. Com um benefício de R\$600 por adulto, apenas o AE representava na média 91% da renda média efetiva dos domicílios que recebiam o benefício, segundo nossa estimativa usando os dados do Tesouro para o total de pagamentos de AE. Desta maneira, a decisão acertada do ponto de vista fiscal e do propósito do programa (de compensar emergencialmente a renda perdida durante a pandemia) é a de efetivamente descontinuar o programa a partir de janeiro, sem que isso tenha impactos profundos na renda recebida em relação ao que se observava antes da pandemia.

Por mais meritório que seja, o propósito do AE não é o de reduzir a pobreza pré-existente no Brasil (não é função de um programa emergencial e temporário resolver um problema estrutural). A fim de resolver este problema estrutural, entendemos que o caminho correto a seguir é o da focalização das políticas de transferência, conforme proposto pelo Programa de Responsabilidade Social, elaborado com o patrocínio do Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP)¹. Urge criar espaço, sem malabarismos ou pedaladas, dentro do Teto, efetivamente cortando gastos ineficientes e usando melhor os recursos da já elevada carga tributária brasileira. Quanto mais conseguirmos racionalizar o uso de recursos no setor público, mais poderemos fazer do ponto de vista da diminuição da pobreza que assola o país. Para isso, temos que acabar com todos os privilégios anacrônicos, não apenas de corporações do setor público, mas de segmentos do setor privado, que drenam recursos da sociedade em benefício próprio à despeito do todo, em particular dos mais pobres. O caminho de não enfrentar os problemas e se esconder nos atalhos fáceis e populistas só nos levará a mais miséria no futuro.

Em relação à sustentação da demanda adiante quando da descontinuidade do Auxílio Emergencial, vale ressaltar que houve queda de consumo muito sensível ao longo dos últimos meses, apesar do aumento do rendimento dos domicílios, o que resultou num aumento substancial da poupança das famílias. Esta poupança servirá de amortecedor para o fim do AE, especialmente se houver confiança na solidez da economia e das contas públicas.

¹ https://cdpp.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Justifica%C3%A7%C3%A3o_PEC.pdf
<https://cdpp.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Justifica%C3%A7%C3%A3o-PL.pdf>



Breakdown — Resultados do Fundo

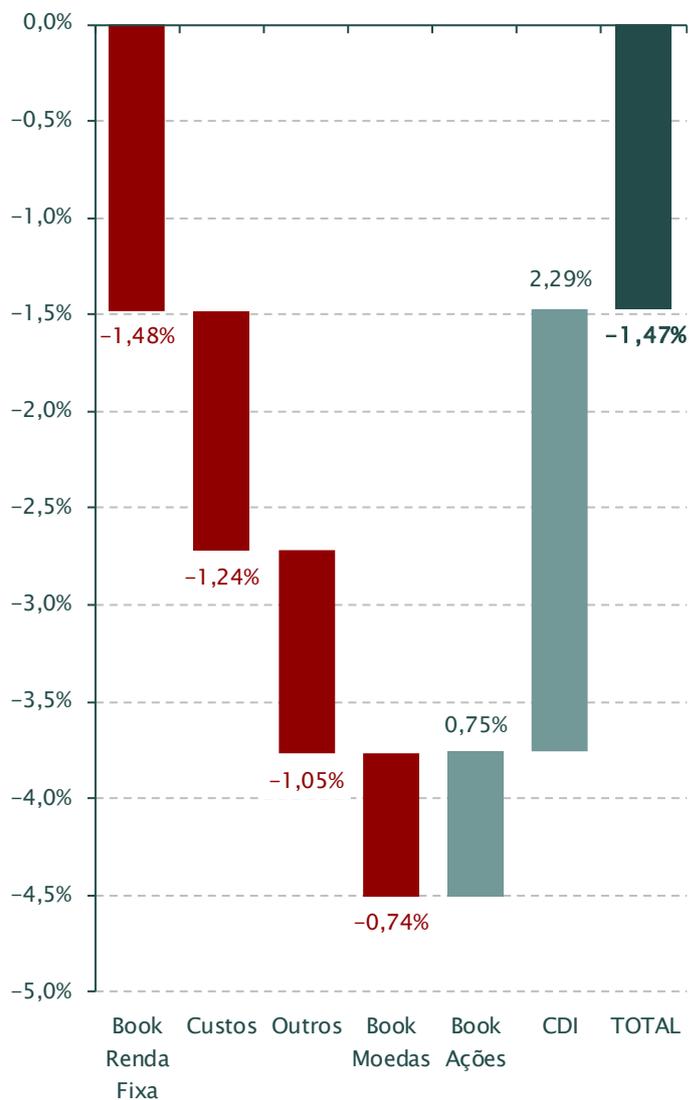
Resultado Real do Verde — Rentabilidade ex CDI		
	Setembro	Acumulado
I) Book Moedas	2020	2020
Dólar	0,03	-0,43
Opções de dólar	-0,01	0,02
Moedas	-0,10	-0,33
Resultado Moedas	-0,08	-0,74

II) Book Renda Fixa		
DI pré	-0,04	-0,42
Cupom cambial	0,00	0,00
Swaps Inflação	0,00	0,01
RF Inflação	0,00	-0,96
Global Rates	0,03	-0,14
Crédito	0,01	0,04
Resultado Renda Fixa	-0,01	-1,48

III) Book Ações		
Resultado Ações	-0,94	0,75

CDI	0,16	2,29
Moedas(I)+Renda Fixa(II)+Outros	-0,31	-3,27
Ações(III)	-0,94	0,75
Custos	-0,12	-1,24
Resultado do Fundo	-1,22	-1,47

Para todos os ativos que utilizamos caixa, as rentabilidades expressas acima já são reais (exCDI)



VERDE FIC FIM

Resumo Gerencial
30/set/2020



Estratégia multimercado *flagship* lançada em 1997, é um dos maiores e mais antigos *hedge funds* brasileiros. Atua no mercado brasileiro e internacional de ações, renda fixa e moedas sob a gestão de Luis Stuhlberger.

A descrição acima não pode ser considerada como objetivo do Fundo. Todas as informações obrigatórias estão disponíveis no formulário de informações complementares, na lâmina de informações essenciais (se houver) e/ou no regulamento, disponíveis em www.verdeasset.com.br

O fundo VERDE FIC FIM é resultado de uma cisão realizada em 21/mai/2015 do fundo CSHG VERDE FIC FIM, que teve início em 2/jan/1997.

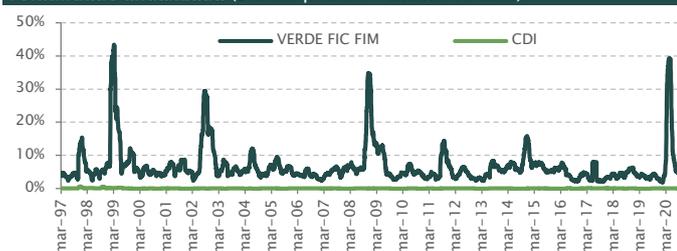
Características	
Data de início	21/mai/2015*
Aplicação mínima	R\$ 5.000,00
Saldo mínimo	R\$ 5.000,00
Movimentação mínima	R\$ 2.000,00
Cota	Fechamento
Cota de aplicação	D+0
Cota de resgate	D+0
Liquidação de resgate	D+1
Carência para resgate	Não há
Tributação aplicável	Longo Prazo
Taxa de saída antecipada	Não há
Taxa de administração	1,50% a.a. ¹
Taxa de performance	20% que exceder a 100% do CDI

*A taxa de administração máxima paga pelo Fundo, englobando a taxa de administração acima e as taxas de administração pagas pelo Fundo nos fundos em que poderá eventualmente investir será de 2,00% a.a. *Data da cisão com o fundo CSHG VERDE FIC FIM, que teve início em 2/jan/1997.

Fechado para novas aplicações

Classificação ANBIMA:	Multimercados Macro
Admte Alavancagem:	Sim
Gestor:	Verde Asset Management S.A
Administrador:	Intrag Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários Ltda.

Volatilidade anualizada (Desvio padrão - média 40 dias)



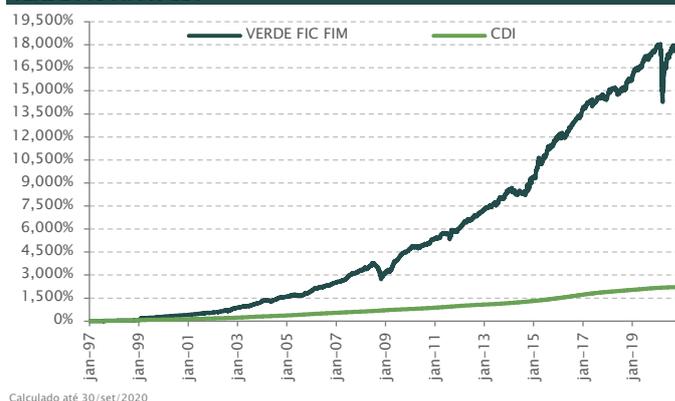
Público-alvo

Fundo destinado ao público em geral, observados os valores mínimos de aplicação inicial, permanência e movimentação constantes no prospecto.

Performance	Fundo	CDI
Retorno anualizado	24,46%	14,20%
Desvio padrão anualizado *	9,00%	0,38%
Índice de sharpe *	1,14	-
Rentabilidade acumulada em 12 meses	1,32%	3,56%
Número de meses positivos	237	284
Número de meses negativos	47	0
Número de meses acima de 100% do CDI	180	-
Número de meses abaixo de 100% do CDI	104	-
Mayor rentabilidade mensal	63,45%	3,28%
Menor rentabilidade mensal	-11,46%	0,16%
Patrimônio líquido *	R\$ 1.337.273.541,24	
Patrimônio líquido médio em 12 meses	R\$ 1.341.694.722,50	

* Calculado desde a constituição do fundo CSHG VERDE FICFI MULT até 30/set/2020.

VERDE FIC FIM x CDI



Calculado até 30/set/2020

Rentabilidades (%)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum. Ano	CDI	Acum. Fdo.	Acum. CDI*
1997	2,15	0,92	1,15	3,09	1,53	3,13	1,69	1,86	2,01	5,32	1,15	1,90	29,10	24,43	29,10	24,43
1998	2,61	2,43	4,37	2,82	0,73	0,72	1,85	0,11	1,03	2,01	3,34	4,51	29,86	28,61	67,66	60,03
1999	63,45	7,43	2,43	4,23	2,23	3,84	1,09	0,70	1,14	4,76	4,14	5,31	135,40	25,17	294,66	100,31
2000	4,09	0,83	1,87	2,62	1,16	3,33	-0,68	4,12	0,93	4,02	0,12	2,62	27,93	17,33	404,89	135,02
2001	4,68	0,82	2,41	1,99	2,54	2,23	3,79	1,10	4,09	0,28	1,58	1,11	30,01	17,27	556,42	175,62
2002	3,45	1,57	1,98	4,80	1,86	4,38	4,98	-2,17	4,94	10,96	-0,35	4,52	48,72	19,09	876,24	228,22
2003	2,28	2,46	3,12	-1,37	3,00	2,19	3,79	4,80	2,70	3,31	2,71	6,96	42,22	23,28	1.288,44	304,64
2004	3,83	-0,85	0,78	-3,92	2,52	3,68	4,48	4,17	2,77	-0,94	1,95	2,30	22,43	16,17	1.599,90	370,06
2005	-0,28	4,39	1,79	-0,48	-0,50	-1,68	0,98	1,45	6,09	0,65	3,56	2,96	20,33	19,00	1.945,54	459,37
2006	5,96	2,90	0,33	3,35	1,27	0,69	1,74	1,37	0,60	2,61	2,80	1,24	27,74	15,05	2.512,98	543,53
2007	2,29	-0,00	2,70	1,16	3,65	4,58	3,66	2,89	0,27	1,90	2,12	1,99	30,74	11,82	3.316,10	619,62
2008	0,73	4,40	-2,71	3,62	2,65	4,37	-2,46	-3,53	-7,32	-8,91	2,20	1,47	-6,44	12,37	3.096,20	708,64
2009	4,46	0,97	1,98	11,41	4,76	2,28	5,16	3,68	1,81	0,77	2,46	2,19	50,37	9,90	4.705,98	788,66
2010	3,71	-1,30	0,71	-1,66	1,22	1,94	1,44	0,33	0,43	2,84	2,19	1,23	13,75	9,74	5.366,93	875,24
2011	0,48	0,37	3,70	1,71	0,33	-0,19	-1,13	2,44	1,18	1,05	-0,27	2,16	12,36	11,59	6.042,75	988,32
2012	2,75	2,63	1,39	2,55	-0,87	0,96	2,32	0,43	1,83	1,09	2,19	0,77	19,55	8,41	7.243,48	1.079,88
2013	1,40	0,97	1,66	0,36	1,91	-0,51	1,86	2,76	-0,42	1,45	3,71	1,69	18,10	8,05	8.572,99	1.174,90
2014	-0,06	-1,25	-0,65	-0,95	0,91	-0,06	0,12	-1,76	6,69	-0,64	3,46	2,98	8,80	10,81	9.336,59	1.312,68
2015	2,26	4,82	5,09	-1,70	3,87	-0,15	5,41	-0,31	1,38	1,58	2,48	1,04	28,67	13,23	12.041,74	1.499,56
2016	1,09	0,75	-2,47	1,76	1,52	1,76	1,82	1,64	1,20	1,09	1,03	3,07	15,13	14,00	13.879,21	1.723,51
2017	0,11	1,35	1,11	0,43	-0,88	0,45	1,89	0,37	0,51	-0,38	-0,43	0,62	5,25	9,95	14.612,59	1.904,99
2018	3,05	0,12	0,58	-0,18	-1,80	0,29	1,10	0,70	-0,30	3,77	0,55	-0,13	7,91	6,42	15.776,46	2.033,78
2019	3,77	0,09	0,42	0,86	1,28	1,49	0,44	0,18	1,30	0,89	0,00	1,92	13,33	5,97	17.893,01	2.161,12
2020	-0,19	-2,86	-11,46	8,61	2,52	0,91	2,05	1,33	-1,22				-1,47	2,29	17.628,14	2.212,79

* Calculado desde a constituição do fundo até 30/set/2020

A Verde Asset Management S.A. ("Verde") não comercializa e nem distribui cotas de fundos ou qualquer outro ativo financeiro. Este relatório mensal retrata as opiniões da Verde acerca da estratégia e gestão do fundo e não deve ser entendido como oferta, recomendação ou análise de investimento ou ativos. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. O investimento em Fundo não é garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito. Leia a lâmina de informações essenciais, se houver, e o regulamento antes de investir. A Verde não se responsabiliza por erros de avaliação ou omissões. Os investidores devem tomar suas próprias decisões de investimento. O investimento em fundos pode resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Para mais informações acerca das taxas de administração, cotização e público-alvo de cada um dos fundos, consulte os documentos do fundo disponíveis no site www.verdeasset.com.br. Este material não pode ser copiado, reproduzido ou distribuído sem a prévia e expressa concordância da Verde. **Supervisão e Fiscalização:** Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Serviço de Atendimento ao Cidadão: www.cvm.gov.br.
Contato Institucional Verde AM: institucional@verdeasset.com.br / +55 11 4935-8500.

